

**“Ticos¹ autênticos... que não falam espanhol”:
ideologias sobre as línguas minoritárias e a diversidade linguística
da Costa Rica^{2 3}**

“Ticos autênticos... que não falam espanhol”:
ideologies about the minority languages and the linguistic diversity of Costa Rica

“Autênticos ticos... que no hablan español”:
ideologías sobre las lenguas minoritarias y la diversidad lingüística de Costa Rica

Carlos Sánchez Avendaño

Universidade de Costa Rica (UCR/Costa Rica)

carlos.sanchezavendano@ucr.ac.cr

<https://orcid.org/0000-0001-5029-2898>

RESUMO

No presente artigo analisam-se algumas ideologias linguísticas em fontes escritas (discurso acadêmico, imprensa escrita, textos escolares e crônicas de viagem), em relação às línguas indígenas costa-riquenhas, ao inglês crioulo limonense e à língua de sinais costa-riquenha. Basicamente tratam-se com detalhe os seguintes

¹ “Ticos” é o gentílico popular para “costa-riquenhos”, muito comumente usado em tudo o que se queira conceitualizar como signo de identidade nacional (p.e. “*comida tica*”, “*español tico*”, “*tradiciones ticas*”). O nome deste artigo provém de uma manchete de jornal que se analisa mais adiante.

² Uma versão modificada deste texto foi publicada em espanhol na Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica, vol. 39, núm. 2, p. 191-218, 2013. Para a presente publicação em português agregaram-se alguns esclarecimentos. Desejo expressar meus agradecimentos a Diego Ugalde pela revisão minuciosa do texto e da bibliografia, a Lucía Zúñiga por sua ajuda na busca e sistematização temática dos artigos jornalísticos, e a Luis Artavia Tencio pela busca e seleção dos textos escolares. Da mesma forma, desejo registrar meu agradecimento a M.L. Henry Angulo pela revisão da tradução do resumo ao inglês.

³ Tradução de Alexandre Ferreira da Costa.

* Sobre o autor ver página 102.



eixos ideológicos: a superioridade linguística e os tipos de línguas, a relação entre linguagem e capacidades cognitivo-intelectuais, a conexão entre variação idiomática e escrita, e a relação entre língua e identidade.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística; Ideologias linguísticas; Ideologia da superioridade linguística; Identidade e linguagem; Línguas da Costa Rica.

ABSTRACT

This article analyzes some linguistic ideologies in written sources (academic discourse, press, school textbooks and journey chronicles) concerning the Costa Rican indigenous languages, the Limon creole English and the Costa Rican sign language. Basically, the following ideological axes are commented: the linguistic superiority and the types of languages, the relation between language and cognitive-intellectual capacities, the link between linguistic variation and writing, and the relationship between language and identity.

KEYWORDS: Sociolinguistics; Language ideologies; Ideology of linguistic superiority; Identity and language; Languages of Costa Rica.

RESUMEN

En este artículo se analizan algunas ideologías lingüísticas en fuentes escritas (discurso académico, prensa escrita, textos escolares y crónicas de viajes), en relación con las lenguas indígenas costarricenses, el inglés criollo limonés y la lengua de signos costarricense. Básicamente, se tratan en detalle los siguientes ejes ideológicos: la superioridad lingüística y los tipos de lenguajes, la relación entre lengua y capacidades cognitivo-intelectuales, la conexión entre variación idiomática y escrita, y la relación entre lengua e identidad.

PALABRAS CLAVE: Sociolingüística; Ideologías lingüísticas; Ideología de superioridad lingüística; Identidad e idioma; Idiomas costarricenses.

1 Introdução

No presente artigo, nos ocupamos da análise de “discursos-chave” relativos às línguas da Costa Rica: notícias e reportagens da imprensa escrita; crônicas de viagem; artigos, ensaios, teses e livros de natureza acadêmica; e livros de textos escolares. Todos esses documentos, em conjunto, nos ajudam a estabelecer, a partir do exame dos modelos cognitivos de seus autores⁴, os grandes eixos ideológicos que se manifestam em torno das línguas da Costa Rica a partir de diferentes perspectivas: a anônima e supostamente imparcial própria do discurso jornalístico, a didática e presumivelmente objetiva do discurso escolar, a científica e supostamente sem preconceito do discurso acadêmico, e a mais subjetiva da crônica de viagens.

⁴ Devemos enfatizar que não nos move o desejo de desacreditar, desvalorizar ou desqualificar as descrições e teorizações de outros autores, mas que nosso propósito consiste em analisar os esquemas ideológicos que subjazem ao tratamento, acadêmico ou não, das línguas minoritárias da Costa Rica. Ao assumir uma posição crítica com respeito ao tema, portanto, desejamos mostrar de que maneira funcionam nossas ideologias nas valorações e representações sobre as variedades linguísticas; isto é, propusemos um estudo crítico sobre conceitos, descrições e generalizações, não um ataque a particulares ou a instituições.

Dado que o exame das ideologias preponderantes relacionadas às variedades locais do espanhol costa-riquenho já foi realizado com detalhe por outros autores (p.e. QUESADA, 1992; JARA, 2006), no presente trabalho abordamos o tema no que concerne a outras línguas do país; a saber, os idiomas indígenas costa-riquenos (os que se mencionam nas fontes analisadas são boruca ou brunca, bribri, cabécar, chorotega, huetar, guatuso (malecu) e terraba (brorán)), o inglês crioulo limonense e a língua de sinais costa-riquenha (LESCO).⁵

2 As ideologias linguísticas

Na análise das crenças que surgem como consequência do contato entre línguas em comunidades multilíngues, as ideologias que mais chamam a atenção são aquelas relativas às concepções do que conta como um idioma (incluindo as ideias sobre posse de gramática – ou gramática complexa –, acerca da quantidade de vocabulário e de um sistema de escrita, como parâmetros para decidir sobre esta questão), os valores associados com variedades linguísticas concretas (as crenças de que uma variedade linguística é melhor, mais expressiva, mais objetiva, mais científica, mais pura, mais correta etc.), e a ideia de que determinados usos linguísticos servem como indicadores de identidade (WOOLARD, 1998).

Segundo Kroskrity (2000b) – e assim se constatará ao longo do presente trabalho –, as ideologias da linguagem devem ser concebidas como um amálgama de quatro dimensões convergentes. Em primeiro lugar, representam a percepção sobre o discurso e a linguagem com base no interesse de um grupo social específico. Nesse sentido, o que uma pessoa considera “verdadeiro”, “bom” ou “bonito” em relação a uma língua se baseia em sua experiência social e geralmente se encontra ligado aos seus interesses econômico-políticos, de maneira que as ideologias servem como instrumentos de dominação simbólica para promover, legitimar e proteger tais interesses.

Em segundo lugar, resulta mais proveitoso considerar que as ideologias linguísticas são múltiplas, dada a multiplicidade de divisões sociais significativas (p.e. gênero, geração) dentro dos grupos socioculturais com o potencial de produzir perspectivas divergentes e expressá-las como índices de pertença grupal. Assim, se destaca o fato de que as ideologias da linguagem se baseiam na experiência social. Essa consideração também serve para ter especial atenção com a “naturalização” das ideologias dominantes por parte da maioria dos membros, seja que estas tenham emergido no próprio grupo (KROSKRITY, 2000c) ou que provenham de outro coletivo hegemônico que as inculca por meio de tecnologias como a escrita ou de novos valores (religiosos, econômicos etc.) alheios ao sistema de vida tradicional, pelo que se chega a erodir a cultura vernácula em favor do grupo que controla os novos recursos (SCHIEFFELIN, 2000).

Em terceiro lugar, convém não perder de vista que os membros de um mesmo grupo podem mostrar graus variados de consciência das ideologias linguísticas locais. A este respeito, é certo que as ideologias podem ser explícitas, mas também se encontram de maneira implícita nos usos reais. Essa distinção

⁵ Portanto, não lidamos com os idiomas de grupos de imigrantes de origem asiática, africana, europeia, caribenha ou americana (por exemplo, inglês, francês, alemão, mandarim, cantonês, árabe, etc.).

pode corresponder-se com as crenças mais conscientes das que lançam mão as pessoas com fins reivindicatórios e contestatórios, por um lado, e com as crenças puramente práticas que não se põem em dúvida e que se concebem como naturais, por outra parte.

Em quarto lugar, as ideologias linguísticas intermediam as estruturas sociais e as formas de fala. As ideologias unem a experiência sociocultural e os recursos linguístico-discursivos com os que as pessoas contam, de maneira que estes últimos se selecionam e se constituem em índices ligados a traços da experiência, com o que também se chega a pensar que um elemento linguístico particular de uma língua deve revelar uma característica de seus falantes ou de seu modo de vida.

3 Fontes escritas para o estudo das ideologias sobre a diversidade linguística e as línguas minoritárias da Costa Rica

No presente estudo nos inclinamos por analisar “discursos-chave”, por seu valor como difusores, aprofundadores e legitimadores de representações sociais hegemônicas. Por esse motivo, nosso corpus está conformado por discursos acadêmicos, intelectuais, viajantes ou cronistas, jornalísticos⁶, educadores e textos escolares⁷, e de instituições públicas.

Deve-se entender que o estudo das crenças sobre as línguas implica uma revisão minuciosa dos textos com a finalidade de detectar tanto proposições ideológicas explícitas como ideologias subjacentes. Em alguns discursos, tais ideologias se desenvolvem de modo amplo, enquanto em outros apenas aparecem tangencialmente. É por isso que, na realidade, usualmente nos encontramos com “pedaços” de esquemas ideológicos, indícios imersos em um mar de descrições e dados, especialmente se o material não se ocupa do linguístico de maneira particular, como ocorre, por exemplo, com as crônicas de viagens. Por esse motivo, temos clareza de que apresentamos um esboço montado a partir de “retalhos” de discursos de diversas procedências.

4 Eixos ideológicos fundamentais em relação às línguas minoritárias e à diversidade linguística da Costa Rica

Nesta seção, analisaremos com detalhe cada um dos eixos ideológicos que se encontram em nosso corpus. Basicamente, se reconhecem dois complexos ideológicos fundamentais: o da hierarquia linguística e da natureza ou tipologia das línguas, e o da relação entre língua e identidade.

⁶ Embora a princípio a busca tenha começado em todos os jornais do país, no processo - diante dos resultados malsucedidos que se obteve - decidiu-se limitá-la ao *La Nación* e ao *Diario Extra*. Basicamente, a decisão foi tomada com base na possibilidade de recorrer às bases de dados digitais desses jornais. No *Diario Extra* foram encontradas 235 notícias relacionadas aos povos indígenas, 37 sobre a população surda e 5 sobre os afro-colombianos. Em *La Nación*, foram encontradas 526 notícias sobre os povos indo-costarriquenhos, 14 sobre os afro-colombianos e 19 sobre a população surda. As datas vão de 1950 a 2012.

⁷ Foram revisados 76 textos para o ensino do espanhol no ensino fundamental e médio e 14 para o ensino de Estudos Sociais também em ambos os níveis. Em ambos os casos, são livros publicados desde a década de 1980 até o presente.

Para efeito da presente exposição, podemos distinguir três etapas ou épocas na linguística costa-riquenha ocupada das línguas minoritárias do país. Deve-se ter essa periodização presente com o fim de compreender melhor a aparição de proposições ideológicas explícitas de índole valorativa nos acadêmicos cujas publicações datam das décadas prévias a 1970:

- Fins do século XIX e primeiros anos do século XX: trabalho empírico de documentação e descrição levado a cabo por acadêmicos estrangeiros.

- Primeira metade do século XX: trabalho de documentação e descrição levado a cabo, sobretudo, por acadêmicos costa-riquenhos, ainda que com a participação de estrangeiros, com já alguma sustentação científica, mas embasar-se teórica e metodologicamente ainda na linguística de modo sistemático.

- Segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI: trabalho de documentação e descrição levado a cabo, principalmente, por acadêmicos costa-riquenhos com formação em linguística.

4.1 O complexo ideológico da hierarquia linguística e da natureza das línguas

A partir do século XVIII, cunhou-se explicitamente a distinção entre “línguas civilizadas” ou “línguas cultas” – as próprias das metrópoles europeias – e “línguas primitivas” – faladas nas colônias. Os critérios nos quais se embasava essa categorização compreendiam a existência de literatura escrita e a suposição de que os verdadeiros idiomas tinham gramática (entendida como norma fixada e exposta em um livro), enquanto os códigos comunicativos dos povos “selvagens” careciam disso (CRYSTAL, 1995; BERNÁNDEZ, 2004). Ademais, as línguas primitivas se caracterizavam pela simplicidade de sua gramática e por um repertório lexical de apenas algumas centenas de vocábulos (CRYSTAL, 1995; WILSON, 1996). Por esse motivo, as línguas vernáculas dos povos conquistados foram localizadas em um intervalo inferior da hierarquia linguística surgida como consequência da expansão europeia.

A esse respeito, Dorian (1998) aponta que, nos territórios de assentamento europeu, resultarão muito daninhas as ideologias ocidentais em relação à diversidade linguística, tais como a ideologia do desprezo, segundo a qual as línguas próprias de grupos sem poder foram objeto de menosprezo no sistema de estratificação linguística, após sofrer pela transferência de prestígio, processo mediante o qual o prestígio dos grupos que ostentam o poder econômico, político ou militar se transfere a seus atributos, como os idiomas. Disso se derivou que os idiomas de minorias étnicas se consideraram rudimentares e inadequados para organizar o mundo.

Do mesmo modo, sobretudo durante o século XIX, na investigação etnológica majoritariamente se aceitavam os postulados evolucionistas. Estes, segundo explica Mercier (1976), consistiam na simplificação etnocêntrica da história da humanidade em etapas de desenvolvimento, de maneira que se considerava que as diversas sociedades humanas se encontravam basicamente em dois estágios evolutivos culturais: as sociedades civilizadas e as sociedades primitivas. Assim, todas as apreciações valorativas sobre o maior ou menor

progresso de um grupo cultural partiam desta hierarquização apriorística, acerca da qual tentaram teorizar numerosos trabalhos antropológicos.

A seguir veremos como se manifesta este complexo ideológico na descrição e na valorização das línguas minoritárias da Costa Rica.

4.1.1 *A ideologia da superioridade das línguas*

Em nosso corpus, a ideologia da superioridade das línguas se manifesta na forma de duas “teorias”: uma acerca da complexidade linguística (existem línguas “primitivas” ou “selvagens” e línguas “civilizadas” ou “cultas” – em correlação com critérios como a regularidade gramatical e a abundância lexical) e outra sobre a categorização das variedades linguísticas (existem “línguas” em oposição a “dialetos” ou “linguagens” – ou seja, uma categoria idiomática algo indefinida que agrupa o que falam os grupos humanos considerados inferiores).

4.1.1.1. *Línguas primitivas ou selvagens em oposição a idiomas civilizados e cultos*

No que diz respeito às línguas vernáculas dos povos indígenas costarriquenhos, a manifestação do complexo ideológico da hierarquia linguística se pode apreciar com apenas lançar um relance aos primeiros trabalhos e referências a esses idiomas nas publicações do final do século XIX e da primeira metade do século XX. A dicotomia entre “línguas primitivas, selvagens ou bárbaras” e “línguas civilizadas ou cultas” aparece, implícita ou explicitamente, em vários trabalhos de índole acadêmica (GABB, 1875; PITTIER; GAGINI, 1892; GAGINI, 1917; PITTIER, 1941; YGLESÍAS, 1942).

Na concepção desses autores, o “primitivismo” ou “selvageria” linguísticos se associam com os mais variados traços culturais e intelectuais, sempre em contraposição com as línguas das sociedades “civilizadas”. Por exemplo, Pittier e Gagini (1892) alude que as línguas bárbaras, como o téraba, respondem a fatores relativos à imaginação e à natureza e não à ciência:

Estudo em alto grau interessante seria seguir passo a passo as variadíssimas acepções metafóricas que vão tomando as palavras nos idiomas bárbaros, submetidos à influência poderosa da imaginação e da natureza, antes que aos princípios científicos (PITTIER; GAGINI; 1892, p. 9).⁸

Da mesma maneira, o naturalista suíço Henri Pittier (1941), em que pese seu espírito de antropólogo empírico e sua posição crítica com respeito à suposta “superioridade” cultural dos povos ocidentais, não escapou tampouco à ideologia da hierarquia das línguas, como se nota no seguinte fragmento, no qual se associam as línguas com a concretude ou abstração cognitiva. O idioma “conveniente” ao que se refere Pittier é provavelmente uma das línguas indo-europeias faladas por ele (francês, alemão, espanhol ou inglês); ou seja, as línguas

⁸ Em todas as citações textuais, se respeita a ortografia original. [Nota do tradutor: pelo caráter histórico de muitos trechos citados, optamos por apresentá-los na versão original também em notas de rodapé].

dos “civilizados” – aptas para a codificação do pensamento abstrato – em contraposição às “falas primitivas” como o bribri e o térraba – próprias para a referência a situações da vida cotidiana, segundo esta representação sociocognitiva:

Cheguei a expressar-me corretamente (se há correção nessas falas primitivas) e sem dificuldade tanto em bribri como em térraba. Ao fazê-lo, observei um fenômeno interessante: a impossibilidade, ao menos para nós os civilizados, de *pensar* nesses idiomas. Enquanto se tratava de assuntos, como direi eu, objetivos ou materiais, como o relato de uma caçada, a expressão de uma necessidade etc., tanto o bribri como o térraba eram suficientes, mas na primeira abstração e quase inconscientemente, voltava a entrar o idioma conveniente (PITTIER, 1941, p. 5).

Infere-se, portanto, a consideração de que as “línguas primitivas” carecem de norma e não são “suficientes” para a codificação do pensamento abstrato, pelo menos não o dos “civilizados”. Mais adiante, este mesmo autor alude ao maior primitivismo do brunca em comparação com o térraba e o bribri, a raiz de que a suposta falta de gramática (entendida neste caso, segundo se vê, como conjunto de regras de conformidade sistemática) constitui um signo de menor desenvolvimento linguístico. Isso significa que haveria graus de “primitivismo” em correlação com traços como a regularidade morfológica e, como veremos mais adiante, o repertório lexical:

A língua brunca parece ser mais simples, mais primitiva se se pode dizer, que o bribri ou o térraba, nos quais há indícios evidentes de sistematização, de regras gramaticais. Por exemplo, não pude formar, como em térraba, grupos de considerável extensão nas [sic] quais todos os nomes ou todos os adjetivos têm a mesma terminação como um significado evidente [...]. Seja como for, parece evidente que o idioma brunca é menos avançado em sua evolução que os dos térraba e bribri (PITTIER, 1941, p. 10).

Do mesmo modo, na primeira descrição relativamente completa com a que contamos acerca dos povos e línguas indígenas da Costa Rica, Gabb (1875, 1883) constantemente alude à maior ou menor aproximação de cada um dos grupos à “vida civilizada”. Seus comentários relativos a aspectos concretos dos idiomas frequentemente aludem à comparação entre as “línguas cultas” ou “línguas mais civilizadas”, e às “línguas indígenas”, por outro. Por exemplo, este autor afirma que o bribri é uma língua “pobre” e se refere ao suposto repertório lexical reduzido das línguas indígenas, um dos traços das “línguas primitivas” mais comumente citadosⁱⁱ:

Se se contam as poucas palavras abstratas que sem dúvida me escaparam, e todos os nomes específicos de animais e plantas (e muitos desses últimos se formam de um adjetivo, ou de um nome de alguma planta, combinado com *waké*, tribo), não penso que a língua possa

conter duas mil palavras, e talvez nem mil e quinhentas (GABB, 1883, p. 390).⁹

Quando Gabb encontra um domínio semântico no qual a hipótese da pobreza lexical das “línguas primitivas” não se corrobora, não esconde sua estupefação a respeito. Sem embargo, pode-se inferir que a diferença supostamente radical entre a riqueza em um âmbito e a pobreza no outro não deixa de se considerar uma característica das línguas localizadas no nível inferior da hierarquia idiomática:

É notável que uma língua [o bribri], por outra parte, tão pobre, às vezes vai ao extremo oposto. Nas línguas cultas, e notavelmente na castelhana, há uma [sic] grande variedade de palavras para expressar os matizes das cores dos animais, especialmente dos cavalos. Estas palavras, originalmente adjetivos, se usam com frequência como nomes. Mas em Bribri temos oito nomes para distinguir os porcos, seis dos quais são para cores [...]. As palavras que expressam qualidades físicas da matéria, abundam tanto como nas línguas mais civilizadas, e seu uso é tão estritamente limitado (GABB, 1883, p. 392-393).

O reduzido fluxo lexical como suposto traço característico das línguas indígenas costa-riquenhas aparecerá também nas descrições dos dois linguistas do século XX que publicaram seus trabalhos antes da década de 1970: Gagini (1917) e Arroyo (1966). Gagini refere-se ao sentido extensivo das palavras do *térraba*, dada sua condição de “língua selvagem”, em contraposição à riqueza de vocábulos para codificar “matizes de um conceito”, própria das “línguas civilizadas”:

O *Térraba*, como todas as línguas selvagens, se vale em muitos casos de termos gerais na falta daqueles que nas línguas civilizadas marcam os matizes de um conceito. *Kuota*, por exemplo, designa a pele humana, o pelego de um animal, a casca das árvores, as escamas dos peixes, as unhas dos dedos etc., isto é, tudo o que envolve ou protege; *koguob* é ponta, bico de ave, dente, ramo de árvore etc (GAGINI, 1917, p. 28).

Também em referência ao *térraba*, mas incluindo dados análogos do bribri, o *brunca* e o *cabecar*, Arroyo (1966) aponta:

O vocabulário *térraba* que apresentamos, possivelmente o mais extenso anotado até hoje, ilumina a pobreza e simplicidade da língua, como se fala atualmente. Os nomes de abstrações não existem nele, são substituídos por frases ou orações inteiras. Numerosas palavras têm uma acepção amplíssima [...].

A partícula *-xo* é muito corrente e tem a acepção de carne, substância, material; corresponde às vozes *xika*, do bribri e *xeke* ou *xaka* do *cabecar*. Aparece por exemplo em: *ará xó* (areia), *subí xó* (argila), *xkuí xó* (algodão), *frün xó* (cinza), *drun xó* (ferro), *u xó* (ninho), *vaca norio xó* (substância de leite de vaca: queijo), etc.

⁹ Citamos a tradução para o espanhol do relatório original de Gabb (1875), coletado em Fernández (1883).

vaca norio xó (sustancia de leche de vaca: queso), etc. A voz -kuota, que em ocasiões se reduz a kuo, como kuás em brunca ou kuo em bribri, tem o significado radical de superfície, exterior, casca; a encontramos na composição de: kor kuota (casca de árvore), sap kuota (casco), fru kuo (couro), bob kuota (pálbebra), etc. Sem embargo, a forma kuo entra na formação de numerosos nomes de objetos arredondados e algumas vezes um pouco modificada se apresenta nos nomes de diversos órgãos ou partes do corpo humano (ARROYO, 1966, p. 117-118).

Na realidade, em muitos dos exemplos aportados, tanto Gagini (1917) quanto Arroyo (1966), assim como décadas atrás haviam feito tanto Gabb (1975, 1883) quanto Pittier e Gagini (1892), referem-se a um procedimento de formação lexical comum em muitas línguas americanas, denominado *economia morfolexical* por Constenla (1992)¹⁰:

[U]ma estruturação do léxico tal que, a partir de um número reduzido de morfemas lexicais (raízes e elementos derivativos), se produzem a maior parte dos lexemas por procedimentos sintáticos ou morfológicos (estes últimos derivativos ou flexivos) regulares e transparentes (CONSTENLA, 1992, p. 102).

Deste modo, aprecia-se que autores como Gabb (1875), Gagini (1917) e Arroyo (1966) interpretaram como pobreza lexical a tendência que notaram no caso do bribri, do terraba, do cabecar e do boruca em codificar conteúdos semânticos por meio da estratégia de composição ou mediante grupos nominais nos quais entram em jogo dois substantivos em relação possessiva. Estes conteúdos se codificam em muitos idiomas indo-europeus mediante lexemas distintos, de modo que o línguo-centrismo europeu foi o motivo da interpretação da economia morfolexical das línguas indígenas costa-riquenhas como um traço de "primitivismo".

Em nossa opinião, estamos diante de um princípio ideológico habitual na valorização das diferenças entre as línguas: aqueles fenômenos ou mecanismos próprios da língua materna (extensivo também às segundas línguas que uma pessoa domine, sobretudo se estão relacionadas geneticamente ou se mostram coincidências tipológicas) consideram-se mais "naturais", "lógicos" ou "adequados" que os próprios de outros idiomas que diferem nesse sentido.¹¹

¹⁰ Além disso, Constenla detalha que se trata de um "fenômeno de grau" em termos de sua presença nas línguas do mundo, de modo que todas as línguas apresentam mais ou menos frequentemente mecanismos econômicos de produção lexical, e indica que estes são muito natureza diversa (uso de grupos sintáticos - os mais regulares e simples - e procedimentos morfológicos como composição e derivação).

¹¹ Assim, a proliferação de diferentes termos para codificar significados que, de alguma forma, podem ser considerados intimamente relacionados, como muitas vezes é o caso em espanhol (por exemplo, tudo que serve de cobertura para uma superfície: pele, musgo, escamas, casca, penas), é interpretado segundo este parâmetro como uma característica de maior sofisticação linguística em relação à alternativa de expressar esses mesmos significados por meio da combinação de lexemas: um que expressa o significado de "cobrir uma superfície" e o outro que indica a superfície (de modo que, seguindo o mesmo exemplo, diga algo como "cobrindo o corpo humano", "cobrindo a pedra", "cobrindo o peixe", "cobrindo a árvore", "cobrindo o pássaro"). Terraba, língua que serve de exemplo paradigmático de "primitivismo" lexical em autores como Gagini e Pittier, caracteriza-se justamente por codificar muitas vezes usando a mesma palavra, ou por composição ou grupos nominais, o que em espanhol (e outras línguas Indo-europeus) é codificado por meio de lexemas diferentes (ver CONSTENLA, 2007).

Outras características das consideradas “línguas primitivas” guardam relação com os componentes fonológico, gramatical e semântico. Quanto ao primeiro, os autores que se ocuparam em descrever os idiomas indígenas costa-riquenhos antes da década de 1970 aludem, sobretudo, à instabilidade da pronúncia (THIEL, 1882; PITTIER, 1895, 1941; GAGINI 1917; ARROYO 1966), se bem que seja preciso assinalar que nesse caso a valorização deste fenômeno como característico das línguas primitivas é menos explícito que no caso do léxico – já comentado, como se aprecia na seguinte informação de Arroyo (1966):

Uma característica comum a todas as línguas em estudo é sua instabilidade fonética. Uma mesma palavra é pronunciada de diferente forma pelos habitantes das diversas fazendas; há diferenças fonéticas familiares e até individuais que dificultam a compreensão dos vocábulos (ARROYO, 1966, p. 16-17).

Em Pittier, tal estabilidade se atribui ao caráter ágrafo desses idiomas, posto que este intelectual considera que a “fixidez” da pronúncia está vinculada à escrita. Note-se, portanto, que aqui se plasma uma nova dicotomia: línguas ágrafas – caracterizadas pela instabilidade fonética – diante de línguas escritas – caracterizadas pela fixidez fonética:

É notável que, nos idiomas de Talamanca como em todos os que não se escrevem, a pronúncia das vogais e consoantes dista muito de ter a fixidez costumeira nos idiomas escritos. O *a*, o *e*, o *ë* se confundem muito frequentemente; não é sempre fácil tampouco distinguir entre o *ë* e o *i*, e há uma passagem quase insensível de certas consoantes em outras, de tal modo que uma mesma sílaba pode escrever-se sem deixar de ser inteligível com *m*, *b*, *p*, *l*, *r* e *d* indiferentemente, sendo, sem embargo, de mais especial frequência a mudança de *m* em *b* e *p*, e de *d* em *l* e *r* (PITTIER, 1895, p. 13).

A instabilidade na pronúncia que aponta Pittier na passagem anterior na realidade consiste em um fenômeno de alternância morfofonológica comum em muitas línguas indígenas costa-riquenhas, segundo a qual, por exemplo, o fonema /b/ se realiza como [b] ou [m], enquanto /d/ se realiza como [d], [n] ou [r], dependendo do entorno fônico tanto em cabecar (MARGERIE, 1989) como em bribri (CONSTENLA *et al*, 1998). Além da alternância morfofonológica, corriqueiramente em línguas do mundo, valorizam-se como manifestações da “instabilidade fonética” outros fenômenos fonológicos próprios da realização oral de qualquer idioma, como ocorre em Thiel (1882):

Falando com um indígena e pronunciando-lhe o vocábulo como se escreve, costuma muitas vezes não o entender. Isso provém, segundo as observações do douto *Brasseur de Bourbourg*, autor de uma gramática *Quiché*, de que não se pronuncia a palavra daquele modo com que os índios entre si falando, sincopam e cortam todos os vocábulos ao

pronunciá-los. Quando se pronunciam inteiros, estranham e duvidam de uma ou outra coisa que se lhe diz” (THIEL, 1882, p. IV).

Aprecie-se, por conseguinte, como, ainda que não se valore explicitamente em termos de primitivismos a suposta “instabilidade” fonética” dos idiomas indígenas costa-riquenhos, sim se descreve com um fenômeno da fala dos indígenas (como sucede em THIEL, 1882) ou dos falantes de línguas ágrafas (como sucede em PITTIER, 1895), como se tais fenômenos de alternância não se produzissem nas línguas indo-europeias ou em línguas de tradição escrita, de modo que implicitamente sim existiu uma valorização cimentada na ideologia da hierarquia linguística.

No relativo ao componente gramatical, encontram-se alusões à simplicidade (GABB, 1875; PITTIER; GAGINI, 1892) e à conexão entre gramática e “grau de cultura” (Pittier e Gagini 1892), mas, particularmente, sobressai a tendência de descrever as línguas indígenas costa-riquenhas a partir de sua carência de fenômenos ou traços próprios das línguas indo-europeias ou o que se espera das “línguas primitivas” (GABB, 1875; GAGINI, 1917; ARROYO, 1966). Por exemplo, em Gabb (1875; 1883), são constantes as referências à simplicidade morfológica do bribri e dos demais idiomas da “família costa-riquenha”, em contraposição com a multiplicidade de tempos verbais que, segundo Humboldt, caracterizaria às “línguas mais bárbaras da América” (GABB, 1883, p. 396).

A ligação entre o “grau de cultura” e os mecanismos morfossintáticos de codificação de significado é exposta de modo explícito por Pittier e Gagini (1892) como uma espécie de teoria geral acerca das línguas e em referência ao térraba. Se bem que este autor não explicita qual é a direção do continuum cultural correlativo ao procedimento morfossintático para formar o plural (quer dizer, qual dos procedimentos 1, 2 ou 3 no parágrafo que se transcreve a seguir revela o maior ou menor “grau de cultura”), pode-se inferir que o mecanismo mais “culto” corresponde ao próprio do espanhol (isto é, o emprego de inflexões específicas para tal propósito), de modo que o térraba tenderia ao grau de cultura intermediário (a expressão do plural mediante um morfema livre) com vícios ainda do grau inferior (a duplicação):

O plural se forma nos idiomas por um desses três procedimentos, segundo seu grau de cultura: 1º repetindo simplesmente o nome; 2º por meio de uma palavra auxiliar que signifique *vários, alguns, todos etc.*; 3º com uma terminação ou inflexão particular.

Em Térraba se emprega algumas vezes o primeiro procedimento, p.e.: *vaca vaca* (vacas, um rebanho ou vacada); mas o usual é o segundo, que consiste em agregar ao nome a palavra *bëga*, v.gr.: *angua* (criança), *angua bëgua* (crianças), ou um adjetivos numeral se os objetos são tão poucos que podem contar-se à primeira vista (PITTIER; GAGINI, 1892, p. 12-13).

Além disso, como já adiantamos, predomina a descrição da gramática dos idiomas indígenas costa-riquenhos por meio do que poderíamos denominar uma estratégia de negociação ou carência: descreve-se a partir das categorias morfossintáticas das línguas indo-europeias (particularmente o espanhol)

ausentes na língua indígena. Por inocente que possa parecer esse procedimento, na realidade está baseado em um cânone ideológico do que se espera de uma língua “civilizada” ou “de cultura”, de maneira que se julga que não são indícios de inferioridade linguística dos idiomas costa-riquenhos os fenômenos que também se encontram em línguas de prestígio, enquanto as características divergentes sim se valoram em termos estéticos ou de desenvolvimento cultural ou intelectual, como se pode inferir do anotado por Pittier e Gagini (1892):

Na língua de Terraba se encontram todas as partes da oração castelhana, exceto o artigo e a conjunção: o primeiro falta igualmente em outros muitos idiomas, como o latim; a segunda não é indispensável nas línguas cuja sintaxe carece de artificiosa elegância e de construções complicadas (PITTIER; GAGINI, 1892, p. 12).

Apegadas ainda a essa tendência, encontramos em época recente – se bem que não em publicações acadêmicas – proposições ideológicas que, em que pese às vezes ponderarem a riqueza dos idiomas indígenas costa-riquenhos, expressam a ideologia da superioridade das línguas. Um bom exemplo está constituído pela seguinte descrição do educador Guido Barrientos, que sustenta que o bribri é uma língua “elementar”, por carecer de categorias morfosintáticas do espanhol e por seu grande número de palavras onomatopéicas, o que não é óbice para que ele a considere “uma língua rica”, sem especificar em que se baseia essa valoração:

O bribri é uma língua muito rica, sem embargo é uma língua elementar que carece de artigos, de gênero e de número. Tem uma grande quantidade de vozes onomatopéicas [sic], quer dizer vozes que imitam os sons que há na natureza. Por exemplo, a palavra bribri para galinha é *dakarò*. Soa com a voz da galinha. Quando se diz *asb'* (laranja), se ouve uma pessoa chupando a fruta (RODRÍGUEZ, 1983, p. 120).

Finalmente, não faltam as alusões à “instabilidade semântica”, traço supostamente comum nas línguas costa-riquenhas, de acordo com Arroyo (1966):

A instabilidade fonética é também acompanhada da instabilidade semântica, fato que pudemos comprovar com a comparação dos léxicos que anotam os autores já citados e os vocabulários usados atualmente pelos índios em suas conversações diárias. Em nossas línguas encontramos vozes com múltiplas e ambíguas acepções: às vezes representam uma ideia muito ampla [...] (ARROYO, 1966, p. 17).

Este mesmo autor constantemente alude à confusão de conceitos nas línguas indígenas costa-riquenhas, como quando destaca que a palavra para ‘azul’ em boruca “possivelmente se perdeu”, dado que Gabb (1875) consignou *uagát*

mas em seus dados este termo se refere à cor ‘verde’, pelo que conclui como explicação alternativa que “se confundem ambos conceitos, como em outras línguas” (Arroyo, 1966, p. 49). A ausência de vocábulos que codifiquem conceitos abstratos, uma constante na caracterização dos idiomas indígenas do país, mostraria, de acordo com esse mesmo eixo ideológico, sua pobreza semântica:

Não existe voz alguma com esta acepção [paz], como não se encontram frequentemente palavras que expressem abstrações em nenhuma de nossas línguas aborígenes (ARROYO, 1966, p. 191).

Em termos gerais, e especialmente em alusão ao suposto reduzido fluxo lexical das línguas ameríndias, podemos apreciar que se imputa a “pobreza” ou a “simplicidade” delas ao estado “primitivo” de desenvolvimento das respectivas comunidades linguísticas, de modo que a ideologia da superioridade etnocultural se liga diretamente com a ideologia da superioridade linguística. Essa ideologia é patente em Pittier e Gagini (1892) e Arroyo (1966), mas também está implícita em grande parte das descrições de outros autores anteriores à década de 1970:

Se se toma em consideração o estado primitivo em que vivem ainda os indígenas da Costa Rica, não causará estranheza a pobreza de seu dicionário. Com efeito, um mesmo vocábulo serve, às vezes, com leves variantes de pronúncia, para designar ideias muito diversas, sem contar os casos em que a linguagem de tradução torna desnecessária a criação de termos particulares, expressando com um só todas as ideias semelhantes.

As palavras abstratas, por um fenômeno psicológico de clara explicação, escasseiam bastante nos povos incultos, que as substituem com circunlóquios ou orações inteiras [...] (PITTIER; GAGINI 1892, p. 9).

Inclusive já bem adiantada a segunda metade do século XX, Arroyo (1966) reitera o lugar comum de que essas línguas deviam contar com um repertório lexical limitado, elementar e simples, para o que encontra uma explicação “racional” na escassa sofisticação da vida dos indígenas:

Os diversos investigadores coincidem geralmente em que o léxico de nossos idiomas indígenas é muito reduzido. Isso é logicamente explicável, desde logo porque a linguagem vai intimamente relacionada com a classe de vida de quem a fala e é evidente que para expressar o pensamento e as relações elementares de nossos índios, é suficiente um vocabulário elementar e simples (ARROYO, 1966, p. 10).

É justo destacar, não obstante, que em escritos de alguns autores (sem formação linguística profissional) mais recentes se explicita a crença de que as línguas ameríndias não são inferiores ou simples nem retratam um estágio de cultura pouco desenvolvido, se não todo o contrário, como se aprecia na seguinte explicação de Bernardo Drüg, recolhida por Ramírez *et al* (1983), acerca

do bribri. Note-se que o que surpreende a Drüg é a variedade lexical para codificar o que pelo visto são matizes semânticos e, sobretudo, o sistema de parentesco tradicional bribri:

No ano passado gastei muito tempo para estudar o idioma, e era apenas suficiente para me dar conta do difícil que é. O idioma dessa gente não é como muitos imaginam, uma língua de selvagens, é uma língua de gente sofisticada.

Por exemplo, nós dizemos suave ou suavezinho; é quase a mesma palavra. Eles usam uma palavra diferente para suave e outra para suavezinho, ou seja, põem um adjetivo totalmente diferente. Isso complica muitíssimo.

Se o índio fala de seu tio diz imediatamente se é seu tio materno ou paterno. O ouvinte se dá conta de qual dos dois está falando. Quando está falando do tio paterno, diz *yëla*, e quando está falando do tio materno, diz *nai*; completamente diferente. Quando se trata da tia materna, diz *amila* que quer dizer mãezinha. Por isso o índio tem à tia materna um carinho muito grande, é como a segunda mãe para ele [...]. Eles chamam irmão a qualquer parente próximo. Por isso se dificulta o estudo da linguagem (RAMÍREZ, 1983, p. 38).

4.1.1.2. Línguas, dialetos e linguagens

Com base na ideologia da hierarquia dos idiomas, o termo “dialeto” se costuma empregar popularmente para aludir a uma variedade linguística de nível inferior, menor complexidade ou menor sofisticação intelectual em comparação com a categoria de “língua” ou “idioma”. A esse respeito, como anota Moreno (2006, p. 49), “dá-se habitualmente um sentido pejorativo a dialeto ou variedade linguística frente a *língua*: o primeiro se considera às vezes mais inculto, iletrado, variável, irregular e o segundo se considera culto, letrado, constante e regular”.

No que se refere aos escritos de natureza acadêmica, desde os finais do século XX e até a data atual, predomina o emprego das etiquetas “língua” ou “idioma” para aludir às línguas indígenas costa-riquenhas: (PITTIER, 1891, 1895, 1897, 1938, 1941; SCHULLER 1927a, 1927a; STONE 1949, 1961; ARROYO 1966; BOZZOLI, 1969, 1986; GUEVARA; BOZZOLI, 2002; GUEVARA; CHACÓN, 1992). Ainda assim, é constante, ainda que geralmente implícita, a distinção técnica entre “língua” e “dialeto” (a segunda categoria entendida como variedade geográfica de uma língua) (THIEL, 1882; PITTIER, 1897; YGLESÍAS, 1942; ARROYO, 1966). Não obstante, sobretudo nos textos anteriores à segunda metade do século XX, encontra-se também o emprego indiscriminado de ambas as denominações (PITTIER; GAGINI, 1892; GAGINI, 1917; YGLESÍAS, 1942), prática que aparece esporadicamente ainda em textos recentes (p.e. ACEVEDO, 1986).

Assim, por exemplo, o uso indiscriminado de ambas as etiquetas aparece em Gagini (1917), ainda que a categorização dessas línguas como “dialetos” é muito mais frequente em seu caso. O segundo capítulo de seu livro começa do seguinte modo:

É evidente que entre todos os dialetos que ainda se falam na Costa Rica existem afinidades mais ou menos aparentes, sobretudo no vocabulário. Eu fui o primeiro que as encontrei entre as línguas de Talamanca e Guatuso, considerado até então como língua inteiramente aparte [...]. É lástima que pelo momento só se podem fazer comparações lexicais, pois até agora há unicamente dois estudos gramaticais sobre nossos dialetos [...].

O ilustrado senhor Bispo Thiel se limitou a recolher extensos vocabulários dos dialetos existentes sem dar maior importância a suas gramáticas, por meio das quais se pode estabelecer a filiação das línguas com mais segurança que baseando-se em simples semelhanças lexicais [...].

Os dialetos atuais da Costa Rica podem reduzir-se a quatro tipos: 1º O TALAMANCA, compreendendo sob esta denominação o Bribri, o Cabecar, o Viceita e os dialetos da Estrella, Chirripó, Tucurrique e Orosí. 2º O TERRABA (Térraba e Tiribi). 3º O BORUCA ou Brunca. 4º O GUATUSO.

Entre o primeiro grupo e o segundo há bastantes analogias lexicais e gramaticais; o Boruca difere sensivelmente dos anteriores; o Guatuso, se bem apresenta algumas vozes idênticas ou muito semelhantes a outras bribris, térrabas ou borucas, é por fonologia e seu vocabulário o menos parecido com os dialetos do Sul.

1º O TALAMANCA. – O vocabulário mais antigo que deste grupo possuímos é das línguas Cabecar e Viceita feito pelos missionários no século XVIII [...] (GAGINI, 1917, p. 21-22).

No caso dos viajantes, aparece também sistematicamente o uso da categoria “língua” ou “idioma” para aludir às línguas indígenas costa-riquenhas (Kohkemper, 1955), ao lado da etiqueta “linguagem indígena” (KOHKEMPER 1955; BOVALLIUS; 1887; ZELEDÓN, 1997), além da distinção técnica entre ambos os vocábulos, que só é relativamente explícita na crônica de 1887 escrita por Bovallius (ZELEDÓN, 1997):

Durante dois dias continuamos nossos estudos linguísticos e ensino da religião aos índios. Estes não se diferenciam em nada em aspecto e em costumes dos verdadeiros índios Talamanças. Sua linguagem, ao contrário, mostra algumas pequenas diferenças, mas não tão grandes que ambos não possam ser considerados como dialetos do mesmo idioma. (ZELEDÓN, 1997, p. 150)

Nos textos escolares de Estudos Sociais que mencionam, marginalmente, algum dado sobre a situação linguística da Costa Rica, predomina a denominação de “língua/idioma” (BLEN, 2005; CERVANTES, 2005; EDUVISIÓN, 2008; QUIRÓS, 2005; SANTAMARÍA *et al* 1994), mas não está ausente a de “dialeto” no sentido de “código comunicativo dos indígenas” e não como “variedade de uma língua” (QUIRÓS, 2005B, EDUVISIÓN, 2008):

As “reduções” eram povos de índios a cargo de um sacerdote. Tinham vários dialetos, mas para ler a doutrina cristã lhes ensinaram o espanhol. (QUIRÓS, 2005, p. 197)

Nossos indígenas praticavam vários dialetos e tiveram que aprender o castelhano. Junto com essa aprendizagem para compreender as sagradas escrituras, eram submetidos a reduções e encomendas (EDUVISIÓN 2008, p. 159).

Quanto aos textos jornalísticos, desde as notícias e reportagens mais antigas até as mais recentes, tem aparecido comumente a denominação “dialeto” (La Nación 13/6/1963, 23/5/1971, 6/5/1976, 29/6/2000, 7/5/2009; Diario Extra 3/4/2007) e, em menor medida, a de “linguagem” (LN 3/6/1973, LN 19/9/2009) para referir-se aos idiomas indígenas costa-riquenhos, se bem seja usual que nas publicações dos últimos anos predominem os vocábulos “língua” e “idioma”. No concernente à língua de sinais costa-riquenha (LESCO), devemos destacar que segue predominando a etiqueta “linguagem”:

Entre eles falam o dialeto, o qual ensinam com sumo agrado aos visitantes. (LA NACIÓN, 11/6/1963)

Este é o primeiro censo no qual se aponta sobre a população indígena em aspectos como o dialeto e o grupo étnico a que pertencem. (LA NACIÓN 29/6/2000)

A lescó é a linguagem de sinais costa-riquenha que permite comunicar-se a quem tem problemas auditivos ou dificuldades serias para falar.

Esta linguagem foi criada pela comunidade adulta do país que sofria de problemas auditivos (LA NACIÓN, 29/4/2005).

Em todo o caso, é justo reconhecer que não se encontra nenhuma valoração pejorativa explícita nos textos consultados. Quando as instâncias emissoras empregam a categoria de “dialeto” para se referir às línguas indígenas do país, parecem guiar-se por um preconceito simplesmente assumido e nunca questionado, ao estilo da declaração de um jovem profissional recolhida em Sánchez (2012): “os índios o que falam é um dialeto”; ou ao estilo da seguinte afirmação aparecida em uma reportagem de La Nación: “É bem sabido que os aborígenes falam dialeto” (LA NACIÓN, 23/5/1971). Quer dizer, ainda que não fique muito clara a distinção entre “língua” e “dialeto”, o certo é que a segunda etiqueta se emprega apenas para aludir às línguas indígenas americanas, enquanto as línguas europeias são sempre denominadas de “idiomas” ou “línguas”.

Disso se infere que se considera que deve existir alguma diferença entre ambos os grupos, o que leva a que se categorizem em classes distintas, e tal diferença se baseia, principalmente, na comunidade de falantes: os europeus falam línguas, enquanto os índios americanos falam dialetos. Opera, portanto, a transferência de prestígio¹².

¹² Talvez o mais preocupante seja que a denominação “dialeto indígena” ainda vigore hoje e seja utilizada em documentos oficiais de órgãos governamentais, como ocorre, por exemplo, com a forma em vigor em 2013 para solicitação de bolsa do Fundo Nacional de Bolsas de Estudo (FONABE), cuja última página pergunta sobre a adesão do candidato a um “grupo minoritário”, fazendo a pergunta “O candidato fala um dialeto?”, Seguida da opção de marcar “Qual ou qual dos seguintes dialetos?”, Entre as quais se encontram as seguintes opções: “Bribri”, “Cabécar”, “Maleku ou Guatuso”, “Boruca ou Brunca”, “Ngnóbe ou guaymí”, “Mekatelyo ou Limonense inglês”, “Huetar”, “Teribe ou Terraba”.

No referente à língua de sinais, segue vigente a teoria de que as línguas devem materializar-se por meio de um canal oral-auditivo, de modo que se se emprega um canal visual-gestual se concebe que são códigos comunicativos, mas não idiomas. Isso explica que se sigam denominando “linguagem”. No fundo, provavelmente opera neste caso também a transferência de prestígio: as pessoas surdas são conceituadas como deficientes, e como as línguas de sinais são idiomas “criados” e empregados predominantemente na comunicação entre pessoas surdas, então se concebe que eles hão de ser algo diferente de uma língua.

4.1.2 A ideologia da relação entre língua e capacidades cognitivo-intelectuais

Outra faceta da ideologia da superioridade étnico-racial e sua dimensão linguística (a ideologia da superioridade de certas línguas diante de outras) que encontramos nas fontes escritas está relacionada com as capacidades cognitivo-intelectuais dos indivíduos e com o vínculo que supostamente existiria entre estas e a língua materna, o domínio do espanhol e a alfabetização.

Em primeiro lugar, convém fazer notar a convicção de que existiriam “índios” mais ou menos inteligentes que outros, com a insinuação paralela de que a inteligência se vincula com a aculturação (“civilização”), crença patente nos textos de Gabb (1875, 1883) e Pittier (1897). Em outros documentos, destaca-se não a consideração de que existem diferenças cognitivo-intelectuais individuais, senão que estas se originam no grupo de pertença do indivíduo. Quer dizer, em algumas fontes se explicita a crença de que alguns grupos indígenas são mais inteligentes que outros. Em Stone (1961), são os cabecares os que superam aos bribbris:

A maioria dos linguistas entroncam as línguas bribri e cabecar com a chibcha. Sem embargo, estas se encontram suficientemente separadas entre si para que não possam operar-se mútuos intercâmbios. Os mais avançados intelectualmente, mas ao mesmo tempo os conquistados cabecares, em geral entendem e falam bribri [...] (STONE, 1961, p. 20).

Em Pittier (1904), são os borucas que são mais adiantados a todos os demais, o que é motivo de surpresa para esse autor tendo em vista que seu sistema numeral contempla poucos elementos e pelo visto ele haveria esperado que a maior intelectualidade e civilização dos borucas se correlacionara com um sistema numeral mais desenvolvido:

Os índios Brunka certamente não contam além de oito, e isso é ainda mais surpreendente, visto que são de longe os mais intelectuais e civilizados de todos os aborígenes costa-riquenhos (PITTIER, 1904, p. 454).

Assim mesmo, no discurso deste mesmo autor, se explicita inclusive uma conexão entre variação linguística, psicologia e conduta no caso dos bribbris:

Em Talamanca há pelo menos três dialetos distintos, a saber: o de Lari, o de Uren e o de Coen. Esses dialetos diferem muito pouco, mas permitem reconhecer imediatamente a procedências de um bribri por seu modo de falar. Assim, por exemplo, a gente de Lari (Arari) que é, ou era em meu tempo, a raça mais forte e mais enérgica, refletia sua força em sua fala, mais rápida e com entonações mais acentuadas. Assim é que, por não citar mais que um caso, a consoante *l* quase não existe em seu vocabulário, enquanto a *r* ocorre frequentemente. Entre a gente de Coen, mais frouxa e pouco ativa, sucede o contrário e o *l* substitui o *r* (PITTIER, 1941, p. 6).

Em segundo lugar, a ideologia da hierarquia étnico-cultural, na que se fundamenta a hierarquia linguística, se manifesta também na crença de que existem graus de “primitivismo” e desenvolvimento idiomático nas próprias “tribos incivilizadas”. Esta teoria linguística se acha, tácita ou explícita, em autores como Pittier (1904) e Gabb (1895).

Por exemplo, do expresso em Pittier (1904) se infere que existe uma espécie de escala de desenvolvimento dos sistemas linguísticos, o qual se manifesta ao menos nos sistemas numerais, nos quais se estabelecem subsistemas de números para contar dependendo da classe a que pertence o elemento contado (isto é, em várias línguas existem diferenças na forma linguística dos números para contar, por exemplo, objetos redondos, objetos alongados, pessoas etc.):

Não cabe a mim decidir se a variação de acordo com a classe dos objetos a serem contados, observada nos numerais de várias das línguas referidas neste artigo, é uma característica peculiar e original dessas línguas, se ela tem sido transmitida de um sistema linguístico mais desenvolvido (PITTIER, 1904, p. 457).

Em terceiro lugar, ao mudar o parâmetro de comparação, a ideologia da superioridade étnico-cultural faz com que os autores explicitem proposições nas que os europeus e – por transferência de prestígio – seus atributos culturais sejam julgados como “mais civilizados” (ou simplesmente como “civilizados”) que os indígenas costa-riquenhos e os atributos próprios de suas culturas tradicionais (GABB, 1875; 1883; PITTIER, 1897; VON FRANTZIUS, 1925; YGLESIAS, 1942; KOHKEMPER, 1955).

Esta suposta diferença no grau de civilização pode ter uma manifestação linguística. No caso de von Frantzius (1925), por exemplo, se estabelece uma ligação explícita entre “civilização” (isto é, “europeização”) e linguodiversidade:

Ainda que sejam distintas as línguas das diversas tribos isoladas, caso mais frquente em povos de tão ínfimo nível de civilização que nos cultos, a constituição física, os usos e costumes desses aborígenes têm tal conformidade, que devemos considerar como pertencentes a uma grande raça ou tronco, todos os das tribos que viveram e vivem ainda na parte do nordeste da Centro América, desde Honduras até a laguna de Chiriquí, chamados Poyais, Toacas, Coocras (Cocoras), Woolwas e Ramas, o mesmo que os do território da Costa Rica, denominados

Guatusos, Viceitas, junto com os Valentes (VON FRANTZIUS, 1925, p. 233).

Em todo o caso, este eixo ideológico da conexão entre intelectualidade e linguagem é muito menos frequente e menos elaborado que o tratado na seção anterior. Aparece, sobretudo, nos autores do final do século XIX, quando comentam sobre as vicissitudes que tiveram de enfrentar e as ajudas que receberam, da parte de seus falantes, para estudar as línguas indígenas costarriquenhas. Pelo visto, alguns davam por assentada a existência de uma correlação entre inteligência, aculturação e manejo do idioma espanhol. Ao menos, isso se pode inferir do que anota Gabb (1875, 1883):

Tive a vantagem não somente de viver ano e meio no país, em contato diário com um compatriota, que fala a língua [bribri] correntemente e que me que me colocou do mesmo jeito em aptidão para aprendê-la; senão que também, enquanto isso, estando ausente, durante dois meses tive em minha companhia vários índios inteligentes que entendiam o castelhano (GABB, 1883, p. 389).

No caso de Pittier, aparentemente a correlação se estabelecia mais bem entre desenvolvimento intelectual e alfabetização em espanhol:

A formação do glossário guatuso oferece incontestavelmente mais dificuldades que a de qualquer dos demais idiomas falados ainda na Costa Rica, à exceção talvez do Terribe. Em Terraba e Boruca, vários índios leem e escrevem a língua castelhana, o que pressupõe um desenvolvimento intelectual relativamente considerável (PITTIER, 1897, p. 10).

De todo modo, é claro que se manifesta uma e outra vez a ideologia que vincula a “qualidade linguística”, a etnicidade e a raça (em seu sentido fenotípico-genético tradicional, com toda a carga ideológica que historicamente o termo tem implicado). Com respeito a isso, em nossos escassíssimos dados acerca do inglês crioulo limonense, encontramos uma proposição ideológica marcadamente preconceituosa na que se expressa o “saber comum” de que os afrodescendentes (“os negros”) não falam bem nem espanhol nem inglês, e que inclusive “deformaram” os topônimos de origem indígena da região de Talamanca:

É importante chamar a atenção do leitor nesse ponto, para que se ponha em guarda contra a autenticidade dos nomes geográficos de Talamanca, que seus habitantes alteram constantemente. Isso obedece em minha opinião a duas causas: à variedade de dialetos índios que dominaram um mesmo lugar de maneira distinta ainda que parecida, e à presença dos negros que bem sabemos que pronunciam mal o inglês e o castelhano, deformando também de conseguinte, os nomes indígenas (KOHKEMPER, 1955, p. 83).

4.1.3. A ideologia da conexão entre variação idiomática e escrita

Em nosso corpus, a crença de que as línguas normalmente são sistemas homogêneos ou estáveis está ligada ao complexo ideológico da superioridade idiomática, o que leva alguns intelectuais a opinar que a variação dos idiomas indígenas costa-riquenhos se deve ao seu primitivismo, a serem ágrafos ou a não contarem com literatura (no sentido de textos escritos), com o que se torna óbvio que os idiomas europeus também apresentam uma grande variação em todos os seus níveis e em todos os territórios por onde se estenderam.

Sem dúvida, a ideologia da superioridade linguística é o fundo da teoria segundo a qual as “verdadeiras línguas”, as línguas “civilizadas” ou “cultas”, se escrevem. A respeito, no âmbito costa-riquenho, Wilson comenta acerca de um debate universitário em época relativamente recente no qual o ponto álgido consistia em decidir se as línguas indígenas costa-riquenhas, ágrafas e sem literatura, podiam ser consideradas “línguas”:

Há poucos anos em Costa Rica não se escrevia nenhuma das línguas indígenas. Este fato deu pé a situações cômicas devido a crença geral de que se uma língua não se escreve não é uma língua, mas um “dialeto”. Quando na Universidade da Costa Rica se estava organizando o primeiro Departamento de Línguas Modernas, houve uma longa discussão sobre se o novo departamento poderia incluir em seu currículo o estudo das línguas indígenas. Em certo momento, uma maioria de professores opinou que não, porque ao não possuir alfabetos logicamente não tinham “literatura”, e sem literatura os indígenas não possuíam línguas. Falavam “dialeto” e eles não tinha lugar em um departamento de “línguas” (WILSON, 1996, p. 39-41).

Nesta mesma tônica, os fenômenos de variação diatópica e diastrática são valorados por diversos autores como traços próprios da categoria a que pertencem as línguas indígenas costa-riquenhas (tacitamente, se reconhece com um tipo de línguas inferiores). A teoria consiste, em essência, em uma espécie de explicação da variação: o idioma varia e muda precisamente porque essa é a natureza dos idiomas ágrafos (GABB, 1875, 1883; PITTIER; GAGINI, 1892; PITTIER, 1941).

A relação entre falta de escrita e propensão à mudança é exposta com detalhe por Gabb (1875, 1883), em relação com as línguas talamaquenhas (bribri y cabécar), no seguinte parágrafo. Note-se como a motivação da mudança linguística não se busca na ruptura do grupo e no deslocamento de uma parte sua a um território distante, com a conseqüente interrupção de comunicação entre os subgrupos (como ocorreu no caso da separação entre o térraba e o tiribi ou teribe) nem tampouco se especula em torno da relação entre divisões geográficas e variação idiomática (como sucede em bribri). No final do parágrafo, Gabb subscreve outra explicação adicional: a “preguiça” articulatória como detonadora da variação:

Não cabe a menor dúvida de que este [o idioma bribri] e os dialetos afins, assim como todas as línguas não escritas, estão sofrendo grandes mudanças. A língua que fala em Térraba era antes, e provavelmente não há muito tempo, a mesma de Tiribí. Marcadas são as diferenças

entre a de Cabecar de Coén e de la Estrella ou North-River, e ainda diferenciais locais no uso do *r*, *l* e *d*, podem observar-se entre a metade da tribo Bribri que vive no Urén, e as demais espalhadas no resto do país. Em vários distritos “um pouco”, *wi-ri-rí-ri*, o pronunciam também *bi-ri-bí-ri* e *wi-di-wí-di*; e muitas outras palavras, especialmente as que levam *r* ou *d* antes de uma vogal, variam do mesmo modo. Como observa Max Müller, com muita justiça, a preguiça contribui com frequência para isso. O nome atual da chuva *kón-ni*, por exemplo, se deriva claramente de *kóng-li*. Com efeito, existe a prova disso na forma da palavra polvo, *kóng-mo-li*. Mas *kón-ni* é mais fácil de pronunciar que *kóng-li*, e a substituiu (GABB, 1883, p. 390).

O mesmo nexos causal entre carência de um sistema gráfico de representação do idioma e variação fonológica é exposto por Gagini (Pittier e Gagini 1892) com relação ao térraba, mas neste caso se chega a afirmar inclusive que a variação é individual e até caprichosa (se deve à “fantasia” do que pronuncia a palavra). Reaparece ao final uma declaração explícita da categoria idiomática à qual pertenceria o térraba (“a fala de tribos selvagens”), o que dá uma pista de que, no fundo, se estabelece um liame entre primitivismo, agraficidade da língua e variação fonológica:

Confundem frequentemente os térrabas os sons [sic] *f* e *p*, pronunciando v.gr.: *pon* ou *fon* (nuvem); o *r* e o *l*, como em *dri* ou *deli* (alimento); o *k* e o *g*, como se observa em *kero* ou *gro*; o *o* e o *u*, etc.

Advirta-se também, como em todas as línguas que carecem de escrita, variantes na pronúncia de um mesmo vocábulo, metaplasmos que dependem do uso que de ele se faz, do lugar que ocupa na proposição ou da fantasia do que o pronuncia, observação que pode comprovar-se perguntando à vários indígenas o nome de uma coisa e fazendo que o empreguem em diversas frases.

Esta é uma das principais armadilhas com que tropeçam os que estudam a fala de tribos selvagens, e o que motiva as diferenças ortográficas, mais aparentes que reais, dos vocabulários impressos (PITTIER; GAGINI, 1892, p. 8-9).

Os mesmos vínculos entre agraficidade, variação linguística interindividual e propensão à mudança aparecem em Pittier (1941) em alusão ao bribri e ao brunca, desta vez mediante a expressão explícita das proposições ideológicas respectivas (“os idiomas nos escritos variam de um indivíduo ao outro”, “os idiomas não escritos evoluem incessantemente”):

Os idiomas não escritos variam de um indivíduo a outro. Isso o havia notado já em Talamanca, mas esta dificuldade se fez mais patente em meus vãos esforços para dominar o brunca. O mesmo relato, dito por duas pessoas e em datas separadas, diferia sensivelmente e constantemente apareciam modos distintos de expressar a mesma coisa. Mas qualquer dicção era entendida sem dificuldade pela generalidade dos brunca. [...] Da mesma forma, os idiomas não escritos evoluem incessantemente [sic]; as expressões e palavras mudam, e ao contato com outra linguagem muitas se perdem e são repostas por

“barbarismos”. Estou certo de que o bribri e o brunca de hoje não são já exatamente iguais aos que estudei nos anos de 1890-1900 (PITTIER, 1941, p. 6).

4.2. O complexo ideológico da relação entre língua e identidade

Em nosso *corpus*, o vínculo entre identidade étnica e língua vernácula, assim como entre identidade nacional e língua nacional, constitui o segundo complexo ideológico mais relevante. É, além disso, o que mostra mais continuidade nas fontes escritas e o que costuma aparecer nos textos acadêmicos contemporâneos, sobretudo nos de índole antropológica. Finalmente, está presente nos textos jornalísticos e escolares também. Isso mostra que a conexão entre linguagem e identidade grupal constitui um eixo ideológico que ganhou mais força com o tempo e que sua conceitualização, ao resultar menos “técnica” que a da hierarquia e a natureza das línguas, permite que seja um tema ao que se pode aludir, sem muita elaboração, em qualquer tipo de texto.

Desde o enfoque essencialista da identidade – que é o que prima em nosso corpus, se parte de que esta é um atributo natural e imutável das pessoas, não uma construção psicossocial. Deste modo, por exemplo, sobressai a crença de que as pessoas pertencem a comunidades étnicas fixas por natureza e que tais comunidades se definem a partir de parâmetros “tangíveis” como a língua.

4.2.1. A ideologia da língua como índice de identidade

Desde há décadas, no discurso acadêmico costa-riquenho vem-se assumindo sem questionamento que existe uma relação “natural” (ou essencial, se se quiser) entre inscrição étnica e linguagem. Isso explica por que se tomou o dado de falar uma língua vernácula como índice de identidade étnica nos trabalhos de corte antropológico. Assim, por exemplo, em Bozzoli y Wing-Chang (1979), o parâmetro para reconhecer a pertença das pessoas a um grupo indígena é ele ser falante da língua vernácula desse grupo (térraba, boruca, bribri, cabécar, só espanhol):

Como Buenos Aires é, no Pacífico Sul, o rincão com maior número de habitantes de origem indígena, e como na área a deslocar se encontravam cidadãos desta origem, se considerou conveniente determinar sua porcentagem e algumas características, dado que se pretende tomar em conta as diferenças culturais no que podem influir nas mudanças que se projetam [...]. No interesse de favorecer tanto a etnia “indígena” como a etnia “branca” se solicitaram os dados de base que se expõem a seguir.

“Além do espanhol, que outro (s) idioma (s) se falavam em sua casa?” [...]. As perguntas sobre idioma se utilizaram como o indicador da etnia (BOZZOLI; WING-CHING, 1979, p. 171).

Nesta linha de pensamento, se a língua vernácula e outros componentes da substância cultural tradicional de um grupo foram deslocados por completo,

se assume que a diferenciação étnica perdeu vigência e tal grupo não é “verdadeiramente indígena”, como se aprecia nas seguintes palavras de Guido Barrientos, que foi assessor do Ministério de Educação Pública na região sul do país:

Os verdadeiros grupos indígenas que permanecem atualmente são os bribbris, cabecares, guaymíes, borucas, térrabas y malekus. Eu excluo os chorotegas y huetares porque perderam até seu próprio idioma. Los huetares de Quitirrisí só conservam de sua cultura o tipo de rancho, os traços físicos e o artesanato. Quando visitei aos Chorotegas em Matambú, só encontrei um que outro vestígio de sua cultura, mas eles perderam sua própria língua e esqueceram grande parte de sua cultura. Agora são como qualquer outro camponês (BARRIENTOS, 1993, p. 10).

No particular, no discurso acadêmico antropológico, a ligação entre língua vernácula e identidade étnica se explicita em referência com o tema que se vem destacando desde finais do século XIX: a aculturação dos distintos grupos indígenas costa-riquenhos e a perda correlativa dos componentes tradicionais de sua especificidade histórico-cultural como grupos distintos às etnias europeias e à hispano-costa-riquenha. Em Guevara y Chacón (1992), por exemplo, esta ligação é patente:

Os Borucas são o único povo originalmente situado na região sul da Costa Rica que conseguiu sobreviver à conquista e à colônia conservando sua identidade cultural, e apesar dos efeitos da dominação espanhola. Sem embargo foram submetidos a processos intensos de aculturação desde mediados do século XX ao ponto de haver praticamente perdido traços fundamentais de sua identidade como o idioma, o qual só é dominado hoje por dois ou três falantes (GUEVARA; CHACÓN, 1992, p. 19).

De fato, é comum que se associe a perda da língua vernácula com a perda da identidade étnica, e que, pelo contrário, se ligue o orgulho pela inscrição étnica diferenciada à hispano-costa-riquenha com a manutenção do idioma autóctone, de modo que se maneja implícita o explicitamente uma teoria sobre o deslocamento ou conservação das línguas: com maior orgulho ou conservação da identidade étnica, maior vitalidade da língua vernácula:

Apesar do assédio tão impressionante de que foi objeto esta população desde pouco mais de um século, ao ponto de constituir se, praticamente, em uma população proletarizada, surpreende a capacidade dos Malekus em aferrar-se a sua cultura e o orgulho que manifestam com respeito a sua identidade originária. Para 1967, todos os índios falavam sua língua materna, e inclusive as crianças menores de 5 anos (não escolarizadas) desconheciam ainda o espanhol [...] (GUEVARA; CHACÓN, 1992, p. 104-105).

Neste complexo de conexões, também foi constante no discurso acadêmico opor a manutenção das línguas vernáculas à adaptação à vida “moderna” por parte das comunidades indígenas costa-riquenhas, de modo que tacitamente se estabelece uma dicotomia entre tradição e modernidade, na que “vida moderna” se entende basicamente como “cultura ocidental contemporânea”:

Nosso índio dizimado e miserável, quase carente de tradição, de música própria, de arte e escasso de folclore, cada dia se adapta mais à vida moderna, esquecendo suas tradições e línguas. Os índios jovens e as crianças, por exemplo, não querem aprender sua língua materna, a qual olham até com vergonha, por um complexo psicológico explicável em uma raça vencida pelo conquistador primeiro, e humilhada depois até nossos dias por abusos e arbitrariedades vergonhosos (ARROYO, 1966, p. 16).

Esta mesma associação ideológica entre adaptação à modernidade e abandono das línguas vernáculas, assim como a crença da incompatibilidade entre a vida “moderna”, a tecnologia e a conservação da identidade étnica diferenciada e dos componentes da substância cultural tradicional, aparecem também nos textos jornalísticos dos últimos anos:

Aprender a usar computadores e Internet, comunicar se em inglês e passar na escola com boas qualificações; essas são as aspirações das crianças e jovens de Suretka. Desgraçadamente, falar bribri já não é uma delas (LA NACIÓN, 18/11/2007).

4.2.2. A ideologia do idioma nacional como o natural e esperável

Desde que se implanta o sistema colonial espanhol, não somente a configuração política do continente americano vai mudar radicalmente, senão que também vai reestruturar-se a categorização dos grupos humanos. Assim, surge o “índio” (“indígena”, “aborígene”, “ameríndio”, “indocostarricense” e demais “panetnônimos” que foram cunhados desde faz mais de cinco séculos), macro categoria étnica inventada e imposta pelos conquistadores europeus como etiqueta homogeneizadora com a qual se turvarão e ocultaram as particularidades de cada grupo e se estabeleceu uma oposição global entre os nativos americanos que não eram de origem europeia e dos conquistadores ou seus descendentes (incluindo aos mestiços) (MIREN, 1991).

Posteriormente, com os movimentos independentistas da primeira metade do século XIX, se reestruturaram de novo os territórios e, como corolário, se configuraram novas identidades coletivas, fundamentadas esta vez na pertença a um território separado nos níveis político, administrativo e econômico dos territórios adjacentes. Operam aqui, então, os mecanismos ideológicos de conformação das “identidades nacionais”, pois se sente a necessidade de construir uma separação cultural também, de modo que se escolhem determinados atributos, tradições e elementos materiais como representativos da diferença nacional.

Os grupos indígenas, considerados, num primeiro momento, como excluídos desta nova nação devido à sua especificidade étnico-cultural diferenciada, serão logo incluídos e até considerados os costa-riquenhos “verdadeiros” ou “originários”. Por isso, a ideologia nacionalista hegemônica constantemente apelará à necessidade de, nas palavras de Yglesias (1942), “incorporá-los à vida nacional”:

Ainda quando é certo que os grupos de aborígenes que subsistem não influíram na vida econômica, política e social do país, é lamentável o abandono em que se os tem, sendo hora já de ditar as medidas necessárias para promover o melhoramento das precárias condições em que se encontram, para incorporá-los à vida nacional (YGLESIAS, 1942, p. 10).

Neste contexto, implanta-se uma ideologia linguística altamente difundida a partir do expansionismo europeu, surgida e alicerçada com força no Velho Continente: a ideologia da relação intrínseca entre Estado, nação e língua nacional, de acordo com a qual a cada Estado nacional ou país corresponde um idioma nacional. Assim, se institucionaliza a crença de que deve existir uma língua comum e que, no caso da hispano-américa, esta deve ser o espanhol, de modo que se concebe que o natural e conveniente é que todos os habitantes de um mesmo país dominem a língua nacional, pois é este atributo linguístico intrínseco à nacionalidade costa-riquenha, por exemplo.

Este raciocínio explica a preocupação expressa pela Junta de Proteção das Raças Aborígenes da Nação em 1920, quanto a que os grupos indígenas costa-riquenhos aprendessem espanhol (“castelhano”) com o fim de formar parte da nação e ser capazes de comunicar-se com os demais indivíduos que a conformam:

Ao mesmo tempo, todo homem é parte da sociedade humana e, portanto, é necessário que se forme e desenvolva para ser útil dentro desse grande conjunto; para consegui-lo necessita comunicar-se e entender-se com a maioria dos homens que o rodeiam; e sendo o idioma nacional da Costa Rica o castelhano, a Junta considera também de suma importância o ensino de tal língua a cada um dos cidadãos; e por isso se propõe ensinar todos os núcleos da população indígena a falar, escrever e ler em castelhano (POZAS, 1920, p. 2).

Este eixo ideológico está ausente no discurso acadêmico, mas aparece nos textos jornalísticos de 1950 a 1970 que tocam no tema linguístico. Acima de tudo, a reação do jornalista é de surpresa ao constatar que existem “genuínos” costa-riquenhos que não falam espanhol. Esta emoção só pode compreender-se se se tem presente a expectativa da instância emissora no relativo a que todo membro da nação costa-riquenha deve dominar o idioma nacional:

Foi em Moravia onde tivemos o primeiro contato com a vida indígena. Conversamos – se assim se pode dizer – com dois índios que vinham

vender seus produtos. Um deles falava um espanhol primitivo e o outro somente sua língua indígena.

Produz uma sensação estranha encontrar-se pela primeira vez com um genuíno “costa-riquenho” com quem se há de entender por sinais por falar outro idioma. Mas esta foi uma experiência que havia de suceder-nos frequentemente. (La Nación 8/3/1953).

Uma porcentagem alta dos estudantes é indígena. Problemas de adaptação ou de linguagem? Nenhum, responde o diretor. Estudam e se adaptam assim como os outros. É bem sabido que os aborígenes falam dialeto; que muitos, ainda que pareça mentira, já que não temos mais de quatro mil índios em todo o país, não falam espanhol (LA NACIÓN, 23/5/1971).

No melhor exemplo desta ideologia se encontra no artigo “Ticos autênticos... que não falam espanhol”, publicado em La Nación em 2 de abril de 1970. Nele, constantemente se repete a estupefação do autor de que haja costa-riquenhos que desconheçam a língua nacional, com todos os problemas que isso carrega para comunicar-se com os representantes das instituições nacionais. Tanto a manchete como com maior explicitude a legenda “Autênticos ticos... e no entanto muitos deles não falam espanhol” – que aparece ao pé de uma fotografia ilustrativa – revelam que o esperável, segundo a instância emissora, é a equação “ser costa-riquenho” = “falar espanhol”:

Os talamanca ainda conservam suas línguas nativas. Cada grupo fala seu próprio dialeto. E não se entendem indivíduos de tribos diferentes, a menos que recorram ao espanhol ou em casos muito especiais. Bribris, cabecares, chirripóes etc., falam seus dialetos herdados de milênios. Hoje em dia, ainda que pareça incrível, se dá o caso de que muitos destes autênticos costa-riquenhos, os mais autênticos, não falam espanhol. Para o médico, o padre ou o professor isso resulta um verdadeiro obstáculo, pois é difícil estabelecer a comunicação. As antiquíssimas vozes sibú, quebe, cedova, siuo, substituem as castelhanas de Deus, cobra, morte e lua (LA NACIÓN, 2/4/1970).

A consternação pelos problemas de comunicação provocados pelo monolíngüismo no idioma indígena costa-riquenho respectivo aparecerá em outros textos, nos que nunca se questiona por que o professor estrangeiro não tenta aprender a língua vernácula de seus estudantes. Em termos técnicos, diríamos que sempre se espera, com base no eixo que estamos comentando, que a convergência linguística se produza de parte do indígena para o hispano e nunca ao contrário. Além disso, o fracasso escolar se concebe, mais que como um problema linguístico e de choque cultural, como um problema cognitivo. Assim se consigna em um artigo de 1970 sobre uma visita a Amubri:

A influência da escola se nota rapidamente nestas regiões apartadas. Muitos vizinhos sabem ler e escrever. Mas no que “se dá a ver” principalmente é no trato. Não são taciturnos; sorriem, saúdam invariavelmente com um “bom dia” ou “boa tarde”, e em geral são

acessíveis. Como trabalham os professores? O idioma é um problema? O índio aprende com facilidade? A irmã Luz Berta nos responde: “O idioma, desde já, é um grande obstáculo na aprendizagem. Há muita criança que fala só o dialeto e umas palavras do espanhol. Temos, pois, de começar por ensinar-lhes a falar. Por outra parte, lhes custa um pouco o estudo. Quase todos têm de repetir o primeiro ano (LA NACIÓN, 9/4/1970).

Esta associação entre fracasso escolar e escasso domínio da língua nacional (e de instrução) também é patente no consignado nas atas dos quatro Seminários das Escolas Indígenas celebrados em 1953. Por exemplo, na ata do quarto seminário, realizado em Salitre, se aprecia com facilidade que os idiomas vernáculos, e especialmente o monolingüismo infantil neles, são concebidos como barreiras para alcançar os propósitos pedagógicos, devido a que as crianças entram na escola “falando dialeto” (problema linguístico) e “pensando em dialeto” (problema cognitivo):

Seu Tito Acosta nos fala sobre Metodologia da Composição em todos os graus da Escola Primaria. Fez interessantes recomendações baseadas em sua longa prática como professor das Escolas Indígenas. “No primeiro e segundo anos – diz Seu Tito – o assunto é mais delicado e às vezes nem em dialeto.” Recordemos – agregou o senhor Acosta Corella – que em dialeto não há artigo, número nem gênero; há escassas palavras de relação e além disso têm construções diferentes (ACOSTA, 1953, p. 359).

Além disso, note-se como no parágrafo citado se infere que as diferenças tipológicas entre as línguas indígenas costa-riquenhas e o espanhol (“em dialeto não há artigo, número nem gênero; há escassas palavras de relação” e “construções diferentes”) provocam maiores problemas de composição nos estudantes indígenas. Com isso, se evidencia que se está impondo um sistema educativo (ocidentalizante) alheio à cultura tradicional, implementado em uma língua que resulta estranha às crianças e a seu entorno comunicativo cotidiano.

Se bem se concebe então que toda pessoa que viva no Estado denominado “Costa Rica” deve, naturalmente, falar espanhol, já que se trata da língua nacional, a atitude não deixa de ser um tanto ambígua, posto que a ideologia em voga nos últimos anos dispõe que os povos indígenas, ao descender das populações originárias do território, são os “verdadeiros” ou “autênticos” costa-riquenhos, de modo que suas práticas culturais são também as mais autênticas e, portanto, conformam a identidade “original” do costa-riquenho. Essa crença se expressa com total explicitude nas seguintes palavras de Guido Zamora Barrientos, supervisor de educação em Talamanca:

Há um total de três mil costa-riquenhos autóctones que falam o bribri. É nossa língua original, porque o espanhol é uma língua estrangeira; a língua do conquistador. Ao contrário, o bribri é uma língua autóctone, nossa. É muito importante que nós busquemos nossas raízes culturais, que conheçamos nossa realidade, inclusive a língua (RODRÍGUEZ *et al*, 1983, p. 119).

5 Algumas tendências em relação a períodos e instâncias emissoras das ideologias

A expressão de ideologias linguísticas valorativas com respeito às línguas indígenas costa-riquenhas é comum nos autores de textos acadêmicos de finais do século XIX (todos eles estrangeiros) e da primeira metade do século XX que se ocuparam de recolher materiais (predominantemente listas lexicais e uns poucos textos narrativos e cantos) e de produzir rasas descrições da gramática e da fonologia destes idiomas.

Conforme se “profissionalizaram” os estudos linguísticos, a explicitação de tais ideologias se reduziram drasticamente nesse tipo de discurso, o que está de acordo em grande medida com as periodizações estabelecidas por Quesada Pacheco (1992) para o espanhol e por Constenla (2004) para as línguas da Baixa Centro-América com base no parâmetro de sustentarem-se os trabalhos linguísticos em teorias científico-descritivas contemporâneas.

Sem embargo, não se deve pensar que a partir de 1970 entramos em uma época de ausência total de ideologias linguísticas. O que ocorre é que, em primeiro lugar, o critério de “objetividade” – canônico na ciência contemporânea – preponderará nas descrições, o que implicará que os autores se inibam em expressar abertamente seus gostos e percepções subjetivas acerca das línguas – se é que as têm – e se limitem a inventariar os repertórios fonológicos, léxicos y gramaticais – no caso dos que se inscrevam nas correntes estruturalistas descritivistas –, ou a verificar hipóteses e replicar metodologias com o fim de pôr a prova ou aplicar teorias linguísticas gerais – no caso de que sigam as correntes gerativistas e funcionalistas, entre outras (ver Sánchez 2013 para uma revisão a respeito).

Nesse sentido, as ideologias linguísticas que se manifestam com maior clareza são aquelas que as mesmas correntes seguidas propõem como axiomas, hipóteses, supostos teóricos ou métodos de trabalho. Por exemplo, entre 1970 e 1980 se elaboraram várias teses de grau de corte gerativista chomskiano (p.e. ÁLVAREZ *et al*, 1979; CAMPOMANES 1980; CASTRO *et al*, 1979; DÍAZ *et al*, 1976). Nestas, os proponentes trabalharam com a seguinte metodologia: primeiro elaboraram listas de orações em espanhol; logo estas foram traduzidas por um falante nativo da língua investigada; e finalmente os autores se dedicaram a descrever a estrutura superficial de tais orações, a “reconstruir” a estrutura profunda que subjazia às manifestações gramaticais superficiais e a elaborar as regras transformacionais que dariam conta das peculiaridades sintáticas do idioma descrito em relação com as suposições de base da teoria quanto à forma da gramática universal.

Como se pode apreciar, se encontra toda uma proposição ideológica “profissional” neste proceder: o componente sintático é mais importante que os demais; a descrição da forma de orações isoladas e descontextualizadas permite descobrir a estrutura da língua; a função da linguagem que importa é exclusivamente a referencial; se pode conhecer a estrutura da língua por meio do estudo da fala de um só indivíduo, pois se supõe que este es um falante ideal; existe una estrutura profunda universal das línguas e o que não se encaixa com o previsto pela teoria é considerado transformações idiossincráticas; a língua se

estuda como objeto autônomo sem praticamente nenhuma referência à comunidade linguística respectiva (por exemplo, a sua cultura e habitat).

O mesmo tipo de caracterização dos parágrafos anteriores poderíamos levar a cabo com os estudos baseados nas outras correntes linguísticas. Sem embargo, este não foi o interesse de nossa exposição, pois o que desejávamos era propor um esboço do tipo de ideologias linguísticas mais relacionado com o que se chamou de “preconceitos linguísticos” (TUSÓN, 2010), “mitos da linguagem” (BAUER; TRUDGILL, 1998), “teorias populares acerca da linguagem” (NIEDZIELSKI; PRESTON, 2003) e “atitudes linguísticas” (BAKER, 1992). Realizar uma análise dos pressupostos teóricos de base dos estudos descritivos acerca das línguas costa-riquenhas a partir de 1970 nos levaria a formular uma historiografia propriamente linguística, mais que uma historiografia das ideologias linguísticas, e isso escapa aos objetivos do presente trabalho.

Quanto a outras fontes escritas das que provém o corpus que analisamos, cabe destacar a exiguidade e pouco detalhe das manifestações discursivas das ideologias linguísticas. Em geral, cabe sublinhar que na realidade o tema da diversidade linguística e das línguas minoritárias da Costa Rica foi de pouco interesse para as instâncias emissoras do discurso jornalístico y dos textos escolares das disciplinas de Espanhol y de Estudos Sociais.

Assim, nos textos jornalísticos predominam as notícias relativas aos problemas socioeconômicos dos povos indígenas costa-riquenhos (deslocamentos e lutas para recuperar seus territórios, condições de saúde, produção agrícola, educação), assim como as notícias concernentes à manifestação, conservação e perda das culturas tradicionais. É em especial quando se trata desta segunda temática quando aparece a questão linguística, quase sempre de modo tangencial, a não ser que a notícia gire em torno do fenômeno mundial da morte das línguas e de sua expressão no contexto costa-riquenho.

Ainda assim, é possível reconhecer, preliminarmente, duas etapas no tratamento dos temas idiomáticos. Em uma primeira época (que iria de 1940 a mais ou menos 1970), surpreende que existam indígenas que não falem espanhol, fato inconcebível desde o prisma da ideologia de acordo com a qual a todo Estado corresponde uma língua comum. Em uma segunda etapa (mais ou menos a partir de 1980 e até o presente), se aprecia o interesse por levantar a voz de alerta com respeito ao desaparecimento das línguas indígenas costa-riquenhas.

Nos textos escolares, por sua parte, as línguas indígenas costa-riquenhas somente se mencionam de passagem quando se descreve sucintamente a situação cultural e social dos povos indígenas da atualidade nos livros de Estudos Sociais. De fato, nos textos dessa disciplina predomina o interesse pelos povos indígenas pré-hispânicos e suas manifestações culturais (arquitetura, ourives, cerâmica, padrões de assentamento e de cultivo, religião, funerais, alimentação), assim como por sua extensão territorial no passado e a periodização de seus estágios culturais. Por esse motivo, são poucos os livros que dedicam algumas páginas aos povos indígenas do presente e, quando o fazem, orientam a exposição aos problemas socioeconômicos. Nos textos de Espanhol, por sua vez, o tema está praticamente ausente, a não ser por umas quantas referências ao aporte lexical das línguas indígenas americanas às variedades locais do espanhol americano.

De qualquer modo, a escassíssima presença de informação acerca dos povos indígenas costa-riquenhos do presente e de suas línguas vernáculos nos

revela o desinteresse predominante no sistema educativo pelo patrimônio linguístico costa-riquenho e pela diversidade étnico-idiomática do país. No fim das contas, pareceria que a esse desinteresse subjaz a ideologia exposta com contundência por Yglesias (1942) quanto à nula relevância dos indígenas costa-riquenhos na conformação da identidade nacional, de modo que pouco importa sua especificidade linguística.

A escassa atenção dada a língua de sinais costa-riquenha (LESCO) e ao inglês crioulo limonense constitui sem dúvida uma manifestação deste mesmo desinteresse, ao que se junta que não tenham sido consideradas matéria de estudo dos acadêmicos até época relativamente recente, em especial no que diz respeito à língua de sinais. De fato, os trabalhos de descrição linguística da LESCO foram muito escassos (RETANA, 2011).

Nos textos escolares, nenhum dos dois idiomas é mencionado, enquanto nos textos jornalísticos a língua de sinais costa-riquenha aparece ligada, mais ou menos a partir da década de 1990, exclusivamente às notícias sobre deficiência e direitos da população surda a serem atendidos nos serviços médicos e públicos em sua própria língua. Com anterioridade a esta época, as notícias versavam sobre a surdez e a necessidade de oralizar às crianças surdas. Por sua parte, o inglês limonense se acaso se menciona, é de maneira muito marginal e esporádica nas notícias sobre o Calypso e outras manifestações culturais dos afro-limonenses. Tudo isso nos proporciona uma ideia das ideologias hegemônicas no país com respeito a outros grupos culturais distintos ao hispano-costa-riquenho.

A análise das manifestações das ideologias linguísticas com relação às línguas minoritárias da Costa Rica nas fontes escritas selecionadas para tal fim unicamente nos permitiu detectar a existência de dois complexos ideológicos e de vários eixos de expressão discursiva deles. A elaboração de tais eixos é muito variável e depende sobretudo da instância emissora. Assim, se trata de uma elaboração bastante profunda nos textos de índole acadêmica dos finais do século XIX e nos primeiros do século XX, mas é superficial nos textos jornalísticos, e praticamente nula nos textos escolares.

Além disso, os complexos ideológicos reconhecidos não têm igual presença nas fontes: o complexo da relação entre identidade e linguagem predomina no discurso jornalístico e nos textos acadêmicos mais recentes (sobretudo os de corte antropológico), enquanto o complexo da hierarquia linguística predomina nas crônicas de viagem e, em especial, nos textos acadêmicos anteriores à década de 1970. A vigência e expressão desses complexos no discurso de pessoas “comuns” deve ser abordado como tema de pesquisa pormenorizada, ao estilo da realizada em Sánchez (2012), com o fim de completar o panorama acerca das ideologias linguísticas sobre a diversidade idiomática da Costa Rica que esboçamos.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO VARGAS, Jorge Luis. **La música en las reservas indígenas de Costa Rica**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1986.

ACOSTA CORELLA, Tito. Primer seminario de las escuelas indígenas verificado en Boruca el 6 y 7 de febrero de 1953. **El maestro**, v. II, núm. 14, p. 355-357, 1953.

ÁLVAREZ NAVARRO, Emilia *et al.* **Análisis fonológicos y gramática generativo-transformacional del maleku (guatuso)**. Trabajo final de graduación: Universidad de Costa Rica, 1979.

ARIAS QUIRÓS, Ana Cecilia *et al.* (eds.). **II Congreso sobre pueblos indígenas**. San José: Sección de Impresión del SIEDIN, 2003.

ARROYO SOTO, Víctor Manuel. **Lenguas Indígenas Costarricenses**. San José: Editorial Costa Rica, 1966.

BAKER, Colin. **Attitudes and Language**. Clevedon: Multilingual Matters Ltd., 1992.

BARRIENTOS, Guido. **Secretos de Talamanca. Una forma sana de vivir**. San José: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, 1993.

BAUER, Laurie; TRUDGILL, Peter (eds.). **Language Myths**. Londres: Penguin Books, 1998.

BERNÁNDEZ, Enrique. **¿Qué son las lenguas?** Madrid: Alianza Editorial, 2004.

BLEN JIMÉNEZ, L. **Nuevos destinos de Estudios Sociales 5**. San José: Eduvisión, 2005.

BOZZOLI DE WILLE, María Eugenia. **Localidades indígenas costarricenses**. San José: EDUCA, 1969.

BOZZOLI DE WILLE, María Eugenia. **El indígena costarricense y su ambiente natural: Usos y adaptaciones**. San José: Editorial Porvenir, 1986.

BOZZOLI, María Eugenia *et al.* (comps.). **Primer Congreso Científico sobre Pueblos Indígenas de Costa Rica y sus fronteras**. San José: Editorial de la Universidad Estatal a Distancia, 1998.

BOZZOLI, María Eugenia; WING-CHING, Isabel. **Encuesta socioeconómica en la zona del P.H. Boruca**. (mimeo), 1979.

CAMPOMANES FERNÁNDEZ, Alfonso. 1980. **Gramática generativo-transformacional del cabécar, oraciones compuestas coordinadas**. Tesis de licenciatura: Universidad de Costa Rica, 1980.

CASTRO MORA, Ana *et al.* 1979. **Gramática generativo transformacional de dialecto Nobere del guaymí**. Tesis de licenciatura: Universidad de Costa Rica, 1979.

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. Construcción posesiva y economía morfoléxica en las lenguas del Área Colombiano-Centroamericana. **Estudios de Lingüística Chibcha**, vol. 11, p. 101-114, 1992

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. El estudio de las lenguas de la Baja Centroamérica desde el siglo XVI hasta el presente. **Estudios de Lingüística Chibcha**, vol. XXIII, p. 9-58, 2004.

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo. **La lengua de térraba**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2007.

CONSTENLA UMAÑA, Adolfo; ELIZONDO FIGUEROA, Feliciano; PEREIRA MORA, Francisco. **Curso básico de bribri**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1998.

CRYSTAL, David. **The Cambridge Encyclopedia of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

DÍAZ VIRGIN, Beulah *et al.* **Una gramática generativa transformacional de un idiolecto del broran (térraba)**. Tesis de licenciatura: Universidad de Costa Rica.

DORIAN, Nancy. Western language ideologies and small-language prospects. En: GRENOBLE, Lenore A; LINDSAY J. Whaley (eds.). **Endangered Languages. Language loss and community response**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998. p. 3-21.

EDUVISIÓN. **Descubramos Costa Rica 5**. San José: Eduvisión, 2008.

FERNÁNDEZ, León. **Colección de documentos para la Historia de Costa Rica**. Tomo III. San José: Imprenta Nacional, 1883.

FERNÁNDEZ GUARDIA, Ricardo. **Costa Rica en el siglo XIX**. Antología de viajeros. San José: Editorial de la Universidad Estatal a Distancia, 2002.

FONABE. **Formulario para solicitar una beca**. En: http://www.fonabe.go.cr/Becas/TiposBecas/Paginas/Becas_poblacion_indigena.aspx. Fecha de acceso: 11 de mayo de 2012.

GABB, William. **On the Indian tribes and languages of Costa Rica**. Washington: Sthmisonian Museum, 1875.

GABB, William. **Tribus y lenguas indígenas de Costa Rica**. En: FERNÁNDEZ, León. **Colección de documentos para la Historia de Costa Rica**. Tomo III. San José: Imprenta Nacional, 1883. p. 303-485.

GABB, William. **Informe sobre la exploración de Talamanca verificada durante los años 1873 -74**. San José: Imprenta Nacional, 1895.

GAGINI, Carlos. **Los aborígenes de Costa Rica**. San José: Imprenta Trejos Hermanos, 1917.

GRENOBLE, Lenore A; LINDSAY J. Whaley (eds.). **Endangered Languages. Language loss and community response**. Cambridge: Cambridge University Press. 1998.

GUEVARA BERGER, Marcos; BOZZOLI VARGAS, María Eugenia. **Los indígenas costarricenses en el siglo XXI: Algunas perspectivas para la acción**. San José: EUNED, 2002.

GUEVARA BERGER, Marcos; CHACÓN CASTRO, Rubén. **Territorios indios en Costa Rica: orígenes, situación actual y perspectivas**. San José: García Hermanos S.A., 1992.

- JARA MURILLO, Carla Victoria. **El español de Costa Rica según los ticos.** Un estudio de lingüística popular. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2006.
- KOHKEMPER M., Mainrad. **Historia de las travesías de la cordillera de Talamanca.** San José: Imprenta Nacional, 1955.
- KROSKRITY, Paul V. (ed.). **Regimes of Language.** Ideologies, Politics and Identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000a.
- KROSKRITY, Paul V. Regimenting Languages. Language Ideological Perspectives. En: KROSKRITY, Paul V. (ed.). **Regimes of Language.** Ideologies, Politics and Identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000b. p. 1-34.
- KROSKRITY, Paul V. Language Ideologies in the Expression and Representation of Arizona Tewa Identity. En: KROSKRITY, Paul V. (ed.). **Regimes of Language.** Ideologies, Politics and Identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000c. p. 329-359.
- MARGERIE PEÑA, Enrique. **Diccionario cabécar-español/español-cabécar.** San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1989.
- MERCIER, Paul. **Historia de la antropología.** Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- MIRES, Fernando. **El discurso de la indianidad.** La cuestión indígena en América Latina. San José: DEI, 1991.
- MORENO CABRERA, Juan Carlos. **La dignidad e igualdad de las lenguas.** Crítica a la discriminación lingüística. Madrid: Alianza Editorial, 2006.
- NIEDZIELSKI, Nancy A; PRESTON, Dennis R. **Folk Linguistics.** Berlín: Mouton de Gruyter, 2003.
- PALMER, Paula (coord.). **Nuestra Talamanca...ayer y hoy.** San José: Departamento de Publicaciones del Ministerio de Educación Pública, 1983.
- PITTIER, Henri. **Nombres geográficos de Costa Rica.** I Talamanca (Primera Contribución). San José: Tipografía Nacional, 1895.
- PITTIER, Henri. **Viaje de exploración al Valle del Río Grande de Térraba.** San José: Tipografía Nacional, 1891.
- PITTIER, Henri. **Primera contribución para el estudio de las Razas indígenas de Costa Rica.** San José: Tipografía Nacional, 1897.
- PITTIER, Henri. **Numeral Systems of the Costa Rican Indians.** *American Anthropologists*, vol. 6, issue 4, p. 447-458, 1904.
- PITTIER, Henri. **Apuntaciones etnológicas sobre los indios bribris.** San José: Imprenta Nacional, 1938.
- PITTIER, Henri. **Materiales para el estudio de la Lengua Brunka hablada en Boruca recogidos en los años de 1892 a 1896.** San José: Museo Nacional, 1941.

PITTIER, Henri; GAGINI, Carlos **Ensayo lexicográfico sobre la lengua de Térraba**. San José: Tipografía Nacional, 1892.

POZAS ARCINIÉGA, Ricardo. **Záis ma7 isà«** (Yo voy a decir). México: Ideal, 1920.

QUESADA PACHECO, Miguel Ángel. **El español en Costa Rica. Historia de sus estudios filológicos y lingüísticos**. San José: Editorial Fernández-Arce, 1992.

QUESADA PACHECO, Miguel Ángel. **Fichas de Estudios sociales y Cívica para primaria**. San José: LIL, 2005.

RETANA CASTRO, Priscilla. Aproximación a la lengua de señas costarricense (LESCO). **Revista de Filología y Lingüística**, vol. 37, núm. 2, p. 137-146, 2011.

RODRÍGUEZ, Maribel *et al.* Escuelas indígenas efectúan la enseñanza del bribri. En: PALMER, Paula (coord.). **Nuestra Talamanca...ayer y hoy**. San José: Departamento de Publicaciones del Ministerio de Educación Pública, 1983. p. 118-120.

SÁNCHEZ AVENDAÑO, Carlos. Los indios lo que hablan es un dialecto. Representaciones de los hispanos con respecto a los malecus y su lengua vernácula”. **Revista de Filología y Lingüística**, vol. 38, núm. 2, p. 135-161, 2012.

SÁNCHEZ AVENDAÑO, Carlos. Lenguas en peligro en Costa Rica: Vitalidad, documentación y descripción. **Kañina**, vol. 37, núm. 1, p. 219-250, 2013.

SANTAMARÍA, Marco Antonio *et al.* **La enseñanza de los Estudios Sociales**. San José: EUNED, 1994.

SCHIEFFELIN, Bambi B. **Introducing Kaluli Literacy**. A Chronology of Influences”. En: KROSKRITY, Paul V. (ed.). **Regimes of Language**. Ideologies, Politics and Identities. Santa Fe: School of American Research Press, 2000a. p. 293-327.

SCHIEFFELIN, Bambi B., WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (eds.). **Language Ideologies**. Practice and Theory. Oxford: Oxford University Press, 1998.

SCHULLER, Rudolf. La Posición Etnológica de los indios de Talamanca, Costa Rica, C.A. **El maestro**, vol. 1, núm. 5, p. 137-141, 1927a.

SCHULLER, Rudolf. La Posición Etnológica de los indios de Talamanca, Costa Rica, C.A. **El maestro**, vol. 1 núm. 6, p. 177-180, 1927b.

STONE, Doris. **The Boruca of Costa Rica**. Cambridge: The Museum of American Archaeology and Ethnology, 1949.

STONE, Doris. **Las tribus talamanqueñas de Costa Rica**. San José: Museo Nacional de Costa Rica, 1961.

THIEL, Bernardo Augusto. **Apuntes lexicográficos de las lenguas y dialectos de los indios de Costa Rica**. San José: Imprenta Nacional, 1882.

TUSÓN, Jesús. **Los prejuicios lingüísticos**. Barcelona: Octaedro, 2010.

VON FRANTZIUS, Alexander. Sobre los aborígenes de Costa Rica. **Revista de Costa Rica**, vol.VI, núm. 10, p. 218-220, 1925a.

VON FRANTZIUS, Alexander. Sobre los aborígenes de Costa Rica. **Revista de Costa Rica**, vol.VI, núm. 11, p. 225-234, 1925b.

WILSON, Jack. **Mitos del lenguaje**. Expertos y autoridades. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1996.

WOOLARD, Kathryn A. Introduction. Language Ideology as a Field of Inquiry. En: SCHIEFFELIN, Bambi B., WOOLARD, Kathryn A.; KROSKRITY, Paul V. (eds.). **Language Ideologies**. Practice and Theory. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 3-47.

YGLESIAS HOGAN, Rubén. **Nuestros aborígenes**. Apuntes sobre la población precolombina de Costa Rica. San José: Editorial Trejos Hermanos, 1942.

ZELEDÓN CARTÍN, Elías (ed.). **Viajes por la República de Costa Rica II**. Frantzius-Hoffmann-Polakowsky. San José: Editorial del Servicio de Publicaciones del Ministerio de Cultura, Juventud y Deportes, 1997.

ZELEDÓN CARTÍN, Elías. (comp.). **Crónicas de los viajes a Guatuso y Talamanca del Obispo Bernardo Augusto Thiel 1881-1895**. San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2003.

Textos periodísticos citados

ÁVALOS RODRÍGUEZ, Ángela. Censo en región indígena ¡Sa skena buay!. **La Nación** (Noticias Nacionales). 29 jun. 2000. p. 5A.

CANTERO, Marcela. Niña guaymí vence su sordera en las aulas de la Centeno Güell. **La Nación** (Aldea Global). 29 abr. 2005. p. 17A.

DÍAZ, Doriam. Lenguas indígenas en nuestro país están condenadas a morir. **La Nación** (Aldea Global). 18 nov. 2007. Disponible en: www.nacion.com/ln_ee/noviembre/18/ald/ea1319106.html. Fecha de acceso: 30 nov 2012.

FLORES, Luis Ángel. Indígenas maleku reciben turistas en Palenque Tonjibe. **Diario Extra** (Espectáculos). 03 abr. 2007.

SALGUERO, Miguel. Las últimas huellas de los indios guatusos. **La Nación** (La vida en Tiquicia). 13 jun. 1963. p. 20.

SALGUERO, Miguel. 1970. Ticos auténticos... que no hablan español. **La Nación** (Gentes y Paisajes). 02 abr. 1970. p. 32.

SALGUERO, Miguel. 1970. El idioma y la escuela. **La Nación** (Gentes y Paisajes). 04 may. 1970. p. 32.

SALGUERO, Miguel. Tanda de doce en Buenos Aires. **La Nación** (Gentes y Paisajes). 23 may 1971. p. 36.

SALGUERO, Miguel. Unidad de educación indígena. **La Nación** (Gentes y Paisajes). 06 may 1976. p. 30.

Sem autor. Interesantes observaciones meteorológicas y agropecuarias en la región indígena de Chirripó. **La Nación** (Nacionales). 03 sept. 1953. p. 24.

Recebido em dezembro de 2020

Aceito em maio de 2021.

Publicado em 30 de agosto 2021.

SOBRE O AUTOR

Carlos Sanchez Avedaño é doutor pela Universidade Autônoma de Madri. É catedrático da Universidade de Costa Rica. Suas pesquisas se inscrevem nos campos da Sociolinguística, Linguística Aplicada.

E-mail: tocumarama@yahoo.es; carlos.sanchezavendano@ucr.ac.cr

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5029-2898>

SOBRE O TRADUTOR

Alexandre Ferreira da Costa possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994), mestrado em Linguística pela Universidade de Brasília (1999), doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2007) e pós-doutorado em Linguística pela Universidade de Brasília (2015). É professor da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás desde 1998, membro de seu Programa e Pós-Graduação em Letras e Linguística e atua na formação de professores. Atualmente, suas pesquisas e orientações concentram-se no reordenamento discursivo da educação no Brasil e na implementação da educação integral no ensino, seus aspectos discursivos, transversais e interdisciplinares. É líder do Grupo de Estudos Transdisciplinares e Aplicados à Formação de Educadores (GRUPO PORTOS - UFG/CNPq).

E mail: alexandrecoσταufg@gmail.com